



**Prefeitura de Catanduvas (SC)
Estado de Santa Catarina**

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL
DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**Prestação de Contas do Prefeito
Consolidado**

**ANEXO II
IN 20 – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
Município de Catanduvas**

**Diego Grezelle
Agente de Controle Interno
Exercício Financeiro 2019**

**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE
INTERNO DO PODER EXECUTIVO QUE ACOMPANHA A
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO (Art. 8º)**

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – CONSOLIDADO

PORTARIA N.TC-0975/2019

Trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

Art. 1º. Fica facultada para as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020, a remessa das seguintes informações constantes dos anexos da Instrução Normativa nº TC-020/2015, de 31 de agosto de 2015:

(....) II- Dos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XX do Anexo II – Conteúdo Mínimo do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo que acompanha a Prestação de Contas do Prefeito.

PORTARIA N.TC-00975/2019

Art. 1º Fica facultada para as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020, a remessa das seguintes informações constantes dos anexos da Instrução Normativa TC-020/2015, de 31 de agosto de 2015, enunciadas no art.º 1º Incisos I a VII da Portaria N.TC-00975/2019, de 18/12/2019.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

CONSIDERANDO o disposto no artigo 58, Parágrafo Único da Constituição do Estado de Santa Catarina que estabelece a obrigação de prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 48, parágrafo único, e 48-A da Lei Complementar n. 101/2000, de 04 de maio de 2000, com redação dada pela Lei Complementar n. 131/2009, de 27 de maio de 2009, sobre a transparência da Administração Pública, e a Lei n. 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito de acesso à informação previsto na Constituição Federal de 1988, inciso XXXIII do artigo 5º, no artigo 37, §3º, inciso II, e no artigo 216, §2º;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa N° TC-0020/2015, que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências;

CONSIDERANDO os princípios aplicáveis ao controle exercido no âmbito da Administração Pública pelos órgãos constitucionais de controle externo, como a racionalização do exame, apreciação e julgamento das prestações de contas, mediante critérios de seletividade, materialidade, risco, relevância, oportunidade e temporalidade;

CONSIDERANDO que o artigo 7º, inciso II, da Instrução Normativa n. 20, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina dispõe que:

“Art. 7º A prestação de contas apresentada pelo Prefeito deve ser remetida ao Tribunal de Contas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, e compõe-se de:

(...)

“II - relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos, conforme prevê o artigo 51 da Lei Complementar n° 202, de 15 de dezembro de 2000.”

O órgão central do sistema de controle interno apresenta o relatório com base no anexo II, da Instrução Normativa n. 20/2015/TCE-SC.

1. Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social relativa ao município, inclusive mediante utilização de indicadores quando definidos pelo tribunal de contas e disponibilizados em seus sistemas eletrônicos:

a) Aspectos Gerais

Prefeito: Dorival Ribeiro dos Santos

Vice-Prefeito: Paulo Constante Fuga

Endereço da Prefeitura: Rua Felipe Schmidt, n. 1435 – Centro – CEP: 89.670-000

b) Aspectos Socioeconômicos

Eleitores: 6.792 eleitores (fonte: IBGE / ano 2010)

IDHM: 0,714 (fonte: PNUD / ano 2010)

FPM: 0,8 (fonte: STF/ ano 2018)

ICMS: 0, 0.226907 (fonte: SEF - SC / ano 2018)

PIB: R\$ 36.984,33 (fonte: IBGE / ano 2017)

População: 10.861 habitantes estimada (fonte: IBGE / ano 2019)

<http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/home.php#>

c) Principais Indicadores Financeiros:

RECEITA POR SUBCATEGORIA ECONÔMICA - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - 2019 ?

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Evolução Anual
Tipo Receita															Valor em R\$
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria															4.898.664,03
Contribuições															868.265,44
Receita Patrimonial															625.775,72
Receita de Serviços															131.531,54
Transferências Correntes															32.702.670,33
Outras Receitas Correntes															123.378,87
Amortização de Empréstimos															72.338,65
Transferências de Capital															557.867,04
Outras Receitas de Capital															40.074,00
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA															40.020.565,62

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

RECEITA TRIBUTÁRIA - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - 2019 ?

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Evolução Anual
Tipo Receita															Valor em R\$
Receita de Impostos															4.241.470,57
» IRRF															957.930,97
» IPTU															1.318.511,97
» ITBI															460.589,85
» ISQN															1.504.437,78
Taxas															550.358,68
Contribuição de Melhoria															106.834,78
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA															4.898.664,03

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - 2019 ?

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Evolução Anual
Tipo Receita															Valor em R\$
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES															32.702.670,33
» Transferências Correntes da União															12.891.122,26
» Transferências Correntes do Estado															13.563.948,75
» Demais Transferências Correntes															6.247.599,32
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL															557.867,04
TOTAL DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS															33.260.537,37

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

2. Descrição analítica dos programas do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas de acordo com o estabelecido na LOA, observadas as unidades de medida concernentes a cada ação:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

3. Informações e análise sobre a execução do plano plurianual e prioridades escolhidas pelo município na LDO, bem como a execução das metas escolhidas pela população em audiência pública:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

4. Análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

5. Análise comparativa entre programação e a execução financeira de desembolso:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

6. Demonstrativo dos restos a pagar, liquidados e não liquidados, existentes ao final do exercício, bem como sobre as despesas de exercícios anteriores registradas no balanço geral:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

7. Demonstrativo dos valores mensais repassados no exercício ao tribunal de justiça para pagamento de precatórios se for o caso:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

8. Em relação ao desempenho da arrecadação, apresentar demonstrativos:

- a) da dívida ativa do município;
- b) das ações de recuperação de créditos na instância judicial, com quantitativo e valor;
- c) da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa e indicação das medidas adotadas para a recuperação de créditos nesta instância;
- d) das medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições;
- e) das providências adotadas no combate à evasão e à sonegação de tributos;
- f) do montante das renúncias de receitas concedidas no exercício, por espécie prevista no art. 14, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- g) dos créditos baixados em razão de prescrição;

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

9. Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e do cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites;

Fonte: e-Sfinge

Informações de acordo com os dados remetidos pelo Município através do e-Sfinge.

Comparativo da Despesa com Pessoal

PODER EXECUTIVO

Período	RCL do Município - últimos 12 meses	Despesa com Pessoal - Limite máximo (54%)	Despesa com pessoal realizada	Percentual da RCL	Diferença entre o limite e a despesa realizada	Percentual aplicado a menor/maior
1º Quadrimestre	35.598.016,95	19.222.929,15	17.488.290,87	49,13	-1.734.638,28	-4,87
2º Quadrimestre	36.861.422,84	19.905.168,33	18.526.088,32	50,26	-1.379.080,01	-3,74
3º Quadrimestre	38.796.899,93	20.950.325,96	18.358.394,71	47,32	-2.591.931,25	-6,68

PODER LEGISLATIVO

Período	RCL do Município - últimos 12 meses	Despesa com Pessoal - Limite máximo (6%)	Despesa com pessoal realizada	Percentual da RCL	Diferença entre o limite e a despesa realizada	Percentual aplicado a menor/maior
1º Quadrimestre	35.598.016,95	2.135.881,02	859.639,72	2,41	-1.276.241,30	-3,59
2º Quadrimestre	36.861.422,84	2.211.685,37	910.561,62	2,47	-1.301.123,75	-3,53
3º Quadrimestre	38.796.899,93	2.327.814,00	911.324,14	2,35	-1.416.489,86	-3,65

Demonstrativo de Operação de crédito

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Período	RCL do Município no exercício	Limite de Operações de Crédito - 16% da RCL		Montante das Operações de Crédito realizadas		Percentual da Operações de Crédito em relação à RCL						
1º Quadrimestre	35.973.016,95	5.755.682,71		0,00		0,00						
2º Quadrimestre	37.336.422,84	5.973.827,65		0,00		0,00						
3º Quadrimestre	39.350.285,93	6.296.045,75		0,00		0,00						

Demonstrativo da Dívida Pública Consolidada

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Período	RCL do Município no exercício	Limite da Dívida Consolidada Líquida - 120% da RCL		Montante da DCL no exercício		DCL em relação à RCL						
1º Quadrimestre	35.973.016,95	43.167.620,34		1.290.420,08		3,59						
2º Quadrimestre	37.336.422,84	44.803.707,41		1.242.626,46		3,33						
3º Quadrimestre	39.350.285,93	47.220.343,12		1.194.801,84		3,04						

Demonstrativo das Metas Bimestrais de Arrecadação

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	
Até o Bimestre	Prevista na LOA	Realizada até o bimestre		Diferença		Percental da meta						
1º Bimestre	2.521.501,43	6.100.119,71		3.578.618,28		241,92						
2º Bimestre	5.043.002,86	13.316.459,09		8.273.456,23		264,06						
3º Bimestre	7.564.504,29	19.470.820,12		11.906.315,83		257,40						
4º Bimestre	10.086.005,72	26.036.569,54		15.950.563,82		258,15						
5º Bimestre	12.607.507,15	32.251.167,57		19.643.660,42		255,81						
6º Bimestre	15.129.008,58	40.020.565,62		24.891.557,04		264,53						

10. Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos arts. 198 e 212 da constituição federal e artigo 60 do ADCT:

Demonstrativo da aplicação em Educação

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Componente							Valor	Percentual da Receita com Impostos						
Total das Despesas para efeito de Cálculo							8.607.052,22	28,05						
Valor Mínimo de 25% das Receitas com Impostos							7.672.374,54	25,00						
Valor acima/abaixo do Limite							934.677,69	3,05						

Demonstrativo da aplicação em Saúde

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Componente							Valor	Percentual da Receita com Impostos						
Total das Despesas para efeito de Cálculo							6.861.219,43	23,00						
Valor Mínimo de 15% das Receitas com Impostos							4.474.950,50	15,00						
Valor acima/abaixo do Limite							2.386.268,93	8,00						

11. Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

12. Informação sobre o quantitativo de servidores efetivos na administração direta e indireta e em comissão não integrantes do quadro efetivo:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

13. Informação sobre o quantitativo de contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, constituição federal), na administração direta e indireta, indicando as normas legais autorizativas, com indicação do valor anual:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

14. Informação sobre o quantitativo de contratos de estágio com indicação dos valores mensal e anual:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

15. Informações referentes aos contratos de terceirização de mão de obra na administração direta e indireta, com detalhamento dos postos de trabalho, respectivas funções e valores mensal e anual Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

16. Demonstrativo dos gastos com divulgação, publicidade e propaganda por meio de contratos de prestação de serviços dos órgãos e entidades da administração pública municipal:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

17. Relação de convênios com união e estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes:

Ente Federativo	Órgão/Entidade concedente	Número do Convênio	Nome	Data Assinatura - Início da Vigência	Valor Previsto para o Convênio	Contrapartida	Valor Previsto para o Exercício	Valor Recebido	Valor a Receber	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar decorrentes do Convênio	Status
União	Ministério do Esporte	862911/2017	Quadra do Regina	29/12/2017	R\$ 243.750,00	R\$ 217.094,21	R\$ 243.750,00	R\$ 243.750,00	R\$ -	R\$ 69.957,30	R\$ -	Em execução
União	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	892283/2019	Equipamentos	31/12/2019	R\$ 143.250,00	R\$ 13.950,00	R\$ 143.250,00	R\$ -	R\$ 143.250,00	R\$ -	R\$ -	Em execução
União	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	886183/2019	Trator de Esteira	31/12/2019	R\$ 200.000,00	R\$ 398.900,00	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ -	Em execução
União	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	897263/2019	Trator Agrícola	23/10/2019	R\$ 300.000,00	R\$ 11.833,33	R\$ 300.000,00	R\$ -	R\$ 300.000,00	R\$ -	R\$ -	Em execução
Estado	Secretaria de Estado da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural	2017TR000445	Link de Internet	19/04/2017	R\$ 144.000,00	R\$ -	R\$ 144.000,00	R\$ 144.000,00	R\$ -	VER	R\$ -	Em execução
Estado	Secretaria de Estado da Educação	2019T\$001282	Reforma e Ampliação Creche	29/11/2019	R\$ 123.000,00	R\$ 583.851,89	R\$ 123.000,00	123.000,00	R\$ -	VER	R\$ -	Em execução
Estado	Fundo Estadual de Saúde	2020TR000265	Medicamentos, consultas e procedimentos	19/02/2020	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ 200.000,00	R\$ -	R\$ -	Em execução
Total					R\$ 1.354.000,00	R\$ 1.225.629,43	R\$ 1.354.000,00	R\$ 510.750,00	R\$ 843.250,00	R\$ 69.957,30	R\$ -	

18. Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho:

Não houve eventos justificadores de situação de emergência ou calamidade pública no exercício de 2019.

19. Manifestação sobre as providências adotadas pelo poder público municipal em relação às ressalvas e recomendações do tribunal de contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:

- 1- Regular publicação dos relatórios resumidos de execução orçamentária e de gestão fiscal, de modo a garantir a transparência;
- 2- Assegurar o cumprimento dos limites constitucionais com gastos de pessoal.

20. Demonstrativo dos valores arrecadados decorrentes de decisões do tribunal de contas que imputaram débito a responsáveis, individualizados por título, com indicação das providências adotadas em relação aos títulos pendentes de execução para ressarcimento ao erário:

Dispensado/Facultado pela Portaria N.TC-0975/2019 que trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2019, a serem apresentadas em 2020.

21. Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):

Em contato com a Secretária Municipal de Educação Cultura e Desporto, foi solicitado mapa sobre as metas e estratégias dos Planos Nacional e Municipal de Educação para verificação do cumprimento ou não dos intentos fixados.

Da análise da documentação encaminhada, verificou-se o cumprimento da maioria das metas nos prazos estipulados. Consigna-se que as metas não atingidas se encontram dentro do prazo e apresentam planos estratégicos para cumprimento.

22. Outras Informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas:

Não foram solicitadas outras informações pela Corte de Contas atinente a prestação de contas do Prefeito/Governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento a Instrução Normativa n. 0020/2015/TCE-SC, encaminho o relatório do órgão central do sistema de controle interno (art. 7º, II – Anexo II).

Diego Grezelle
Agente de Controle Interno
Protocolado/Assinado Eletronicamente

Catanduvas, 03 de março de 2020